

Navegar é preciso

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BASTOS
General de Divisão da Reserva

Com a aceleração das campanhas eleitorais, os candidatos e suas agrupações políticas vão precisar elaborar um programa de governo, a ser apresentado à Justiça Eleitoral — como obrigação legal — e à sociedade — como peça publicitária —, no qual iluminem suas ideias para solucionar os desafios na condução do país.

Planejar é providência indispensável ao êxito de qualquer atividade humana. Como reflexo, há necessidade de aplicação de um método para ajudar a decidir e melhorar as chances de êxito da empreitada.

Nosso país é complexo. Sofre, historicamente, com a falta de um projeto nacional e com lideranças incapazes de dimensionar corretamente os desafios. Não deveria ser assim.

Os governos não seguem o processo consagrado de dividir por temática, identificar o problema, discutir a solução e aplicar as ferramentas de poder para dar resolução à equação montada.

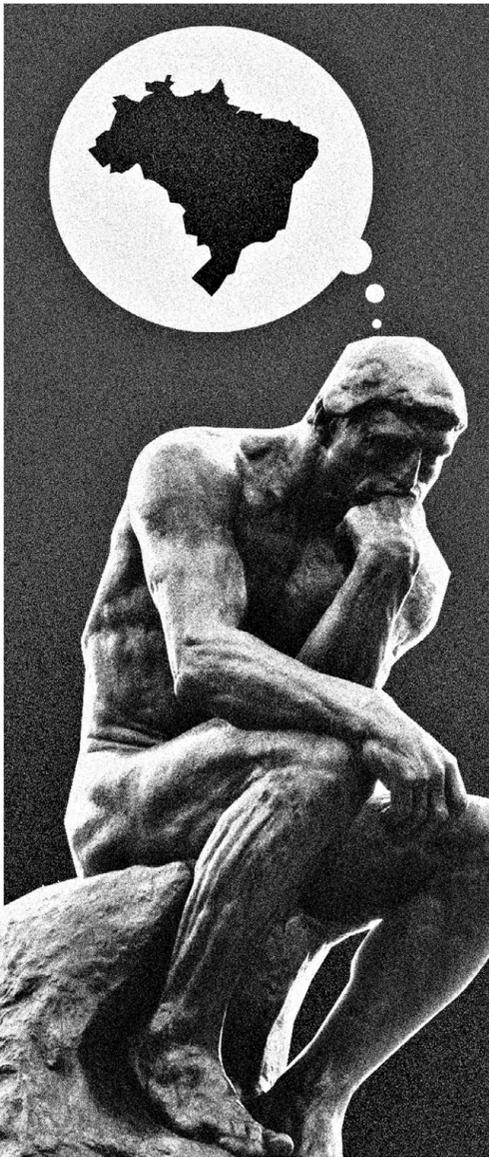
Em linhas gerais, definir: — A política, que fixa os objetivos e as prioridades. É “o que fazer”.

— A estratégia, que é a arte de planejar, preparar e aplicar o poder para conquistar e manter as hipóteses iluminadas. É o “como fazer”.

Há poucos dias, organizando a biblioteca pessoal, deparei-me com a obra *Método* (Bibliex, reeditada em 2018), muito utilizada para o concurso de acesso à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Ece-me, de autoria do coronel reformado Tiago Castro de Castro).

Bom seria que os pretendentes aos cargos executivos pudessem se aparelhar intelectualmente, conhecendo a fundo o Brasil com as peculiaridades regionais, preparando-se para a peleja cheia de obstáculos. Alguns o farão. São os esclarecidos e com apreço por discutir ideias, mesmo que contrárias.

Outros, não gastarão um minuto de neurônio. São senhores de engenho na decrepitude do poder que nunca refletiram, que não têm ouvidos, apenas bocas e sempre



decidiram no “talão da bota” (expressão militar que significa deliberar de afogadilho).

Acredito que vale um spoiler do manual para justificar o meu interesse. Em um dos capítulos, o coronel Tiago de Castro apresenta uma visão espaçosa dos assuntos que devem ser debulhados nesses estudos, dividindo-os em fatores fisiográficos, psicossociais, políticos, militares, econômicos e de produção.

Cada um desses fatores é subdividido em temas que listam ideias correlatas para entregar ao planejador um jogo da guerra sistematizado (aspectos positivos versus

aspectos negativos), facilitando a escolha da melhor linha de ação.

Muitas gerações de oficiais com Estado-Maior se curvam em homenagem ao velho mestre. Sou um deles.

É claro que um projeto completo não se resumiria aos itens elencados no momento. Além de completar a lista de fatores observáveis, exigiria uma coordenação superior, com visão do todo, para criar sinergia entre as ações.

Existem vários métodos (inclusive com o uso de inteligência artificial) disponíveis no ambiente acadêmico, empresarial e militar.

O que se deseja é um projeto eleitoral com roupagem e conteúdo profissional, que resulte em diretivas fáceis de ser defendidas, compreendidas e aplicadas. Os cenários devem ser adaptados ao público por nível e por interesse.

Como eleitor, é frustrante não identificar nas lideranças refesteladas em suas cadeiras a preocupação com organização de ideias e com discussão sustentada em dados fidedignos.

Na maioria das vezes, os processos de tomada de decisão se formam na calada da madrugada, com base em WhatsApp de última hora, com prazo de execução para ontem, que ao fim da tarde já foram esquecidos.

Daí a sensação de barco à deriva em mar tempestuoso. Mas, como na famosa frase de Fernando Pessoa “navegar é preciso, viver não é preciso”, vamos em frente.

Ano que vem, com as eleições, temos mais uma possibilidade de navegar. É necessário colaborarmos para essa travessia. E, acima de tudo, não deixarmos de cobrar por promessas vergonhosamente não cumpridas.

Apontemos aos candidatos os nossos anseios, qual a urgência por implantá-los e quanto estamos dispostos a abdicar, agora, a fim de reposicionar o país no rumo do bem-estar e estabilidade sociais.

O tempo foge ao nosso controle. Temos filhos e netos, famílias, amigos. Queremos, já, um Brasil mais justo para eles. Paz e bem!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Educação como exemplo

Educação, diziam os antigos, se faz, basicamente, pelo exemplo e pelas atitudes práticas que as pessoas mais idosas e experientes exibem diante dos mais jovens. É copiando o modelo de comportamento que enxerga no seu espaço de convivência, ou no seio da família, que o jovem é capaz de reproduzir esses exemplos durante sua inserção num meio social mais amplo.

Fora da família e na sociedade que encontram-se também os maiores e mais variados exemplos de comportamento que serão, necessariamente, copiados pelos cidadãos mais novos. O ensino dentro das escolas entra nesse processo de modelagem do comportamento dos moços, de forma lateral, cabendo a essas instituições, como é o caso no Brasil, um papel basicamente de formuladoras de conteúdo ou informadoras.

Nesse sentido, tendo em vista que os altos escalões sociais, por sua posição de destaque no alto da pirâmide, representam também o ponto mais visível por todos e, portanto, mais reproduzível também.

Nos diversos estamentos sociais em que estão divididas a sociedade brasileira, considerada uma das mais desiguais do planeta, é fácil notar que o modelo de comportamento seguido pela grande massa de jovens que está na base mais ampla da pirâmide, é sempre aquele que ele percebe nas classes sociais que estão acima.

O exemplo de comportamento ou a educação que serve de modelo para a grande plateia que a tudo assiste do fundo do vale é sempre aquele exibido e transmitido pelos altos escalões da sociedade. É aí que todo esse mecanismo de transmissão de educação deixa nosso país em uma situação absolutamente caótica perante o mundo.

O que parece é que seguimos o que vaticinou o antropólogo Claude Lévi-Strauss nos anos 1930, quando esteve no Brasil lecionando na Universidade de São Paulo. Ele dizia que o Brasil passaria diretamente da fase de barbárie à da decadência sem conhecer, contudo, o estágio evolutivo da civilização.

É isso exatamente o que estamos assistindo em todas as direções. A qualquer sopro tênue de civilidade que observamos, segue-se uma baforada de barbáries que tudo desmancham. É o caso aqui desses processos jurídicos que transformaram em pó toda a Operação Lava-Jato e que, por um curto período de tempo, fez a população acreditar que os ventos da civilização finalmente haviam chegado também ao Brasil.

O lento processo de descondenação, empreendido pela Suprema Corte, que, por meio de um autêntico exemplo de chicaneria jurídica, tornou o ex-presidente Lula da Silva, padrinho na indicação de alguns desses ministros, em cidadão de bem, demonstra que estamos em desabalada corrida rumo ao encontro de nossa decadência como sociedade. Que exemplos os mais jovens vão colher de todo esse recente processo que servirá como modelo de educação a ser copiado e levado à praça e ao mundo? Por certo, a primeira lição é que vale a pena ser desonesto, se você é poderoso e influente. Outras lições aprendidas são de que as leis não valem para todos. Aqueles que estão no alto da pirâmide social tudo podem é outro aprendizado a ser colhido. Quais outros exemplos os brasileiros mais jovens podem captar para servir de modelos em sua vida, ao observar, com atenção, o comportamento de nossa elite política?

Nada que possa servir como exemplo educativo de ética é visto no comportamento de nossas elites. Pelo contrário. A correta educação dos mais jovens, feita com base em exemplos práticos, deve ser adquirida longe, muito longe daquilo que exibem nossas elites políticas.

Copiar, como exemplo de educação, o comportamento de nossas elites só tem serventia mesmo para aqueles indivíduos que acreditam, intimamente, que leis, ética pública e bom comportamento são bandeiras para os fracos e derrotados.

Sem medo da CPMF

» MARCOS CINTRA

Professor e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. Foi deputado federal (1999 – 2003) e secretário da Receita Federal (2019)

A prorrogação da desoneração parcial da folha até 2023 é medida que precisa ser analisada cuidadosamente, antes de ser aplaudida. A tributação sobre o trabalho assalariado é excessiva e profundamente concentradora de renda. Como diz o ministro Paulo Guedes, trata-se de uma máquina de destruição em massa de empregos. Onera o empregado e seu empregador em cerca de 44%, sendo dois terços para custear a seguridade social. Há hoje mais de 50 milhões de pessoas desempregadas, informais e desalentadas. E, enquanto isso, a cunha tributária e trabalhista faz com que um posto de trabalho custe ao empregador o dobro do que o funcionário percebe diretamente. Nada mais absurdo.

Nesse sentido, a desoneração restrita a apenas 17 setores carece de justificativa se o que se deseja é uma política econômica estimuladora do emprego. Não basta prorrogar benefícios apenas aos setores politicamente mais bem organizados. Mas o desafio vai muito além da questão do emprego, da concentração de renda e da falta de isonomia na política tributária para o setor produtivo.

Há outras razões para justificar a imediata extinção dessa perversa tributação do trabalho. A mais grave é a urgente necessidade de se buscar uma nova base de financiamento da seguridade.

A organização do mercado de trabalho na era digital está forçando o crescente desuso do contrato de trabalho formal consagrado na CLT. A gig economy, a share economy e o trabalho intermitente e independente são novas formas de atividade que comprometem a base de financiamento da Previdência, e se somam a outros fatores negativos como

o envelhecimento da população e o enorme déficit atuarial acumulado.

Uma segunda justificativa para a imediata eliminação da tributação sobre salários é a eterna questão da Reforma Tributária. Há um mito em torno da tributação do consumo no Brasil. As discussões sobre esse tema se arrastam por 30 anos sem nenhum indicio de resolutividade. Uma das razões é a insistência em limitar a competência tributária dos entes federados, união, estados e municípios, e criar um imposto único nacional.

Outras crenças igualmente equivocadas que impedem o andamento da reforma são 1) endeusar o IVA como um tributo moderno e funcional sem atentar para o seu crescente envelhecimento e 2) acreditar que o setor de serviços é sub tributado no Brasil e que, portanto, deve suportar um acréscimo de carga tributária para compensar redução na da indústria.

Essas hipóteses, tidas como verdades imperativas, são falsas, como pude aferir em várias publicações. Portanto, para que a reforma tributária avance, é necessário compensações para equilibrar mais equitativamente os efeitos da reforma tributária entre os vários setores produtivos. A desoneração de folha seria, portanto, um contrapeso essencial para superar a resistência dos setores que serão hipertributados com a implantação de um IVA, por serem em geral mais trabalho intensivos.

Vê-se, portanto, que a desoneração total da folha de salários para todos os setores é instrumento essencial para aumentar a taxa de emprego, reduzir a informalidade, melhorar a distribuição de renda, evitar grandes distorções nos preços relativos da economia,

evitar a falência da seguridade e desimpedir obstáculos setoriais para a Reforma Tributária. A questão é como financiar a previdência eliminando a tributação sobre folha.

O sistema previdenciário brasileiro é de repartição, ou seja, seu financiamento compete em última instância a toda a sociedade. Assim, a desoneração total da folha deve ser substituída por uma tributação universal, respeitada a capacidade de pagamento de cada contribuinte.

A tributação sobre pagamentos seria o mecanismo ideal para isso. Ainda mais agora, quando o mundo se debruça sobre a viabilidade de uma enorme expansão da base impositiva na linha do Tobin Tax, turbinada com a expansão da base proporcionada pelo mundo digital moderno.

O essencial nesse momento é transmitir a percepção do papel estratégico que a total desoneração da folha poderia desempenhar no país. Restringi-la apenas a 17 setores é insuficiente, injusto e capaz de desestimular o destravamento de alguns dos grandes problemas brasileiros, como emprego, distribuição de renda, financiamento da Previdência e a busca de simplicidade em nosso sistema tributário.

Não há o que temer. Afinal, nossa experiência com a CPMF entre 1992 e 2007 mostra que a reintrodução de um tributo sobre pagamentos não seria um salto no escuro. O que aprendemos durante 12 anos de sua vigência é que gerou uma arrecadação robusta, sem custos de conformidade, sem litigiosidade e, sobretudo incorporando ao universo tributário a elisão, a sonegação, a informalidade e até, para nossa tristeza, a crescente criminalidade.

» A frase que foi pronunciada

“As más companhias são como um mercado de peixe; acabamos por nos acostumar ao mau cheiro.”

Provérbio Chinês

Honra ao mérito

» Anos atrás, essa coluna anunciava o ganhador de um dicionário francês, por mérito. Rafael Nascimento Gomes, que tinha uma bolsa de estudos na Aliança Francesa, era o filho da faxineira da escola. Hoje, Marina Quirino Isidro nos conta que a Aliança Francesa está custeando os estudos de Rafael na França. Rafael escreve uma carta emocionada se despedindo de todos os que colaboraram com o seu crescimento como cidadão. Publicamos no *Blog do Ari Cunha*.

Concerto

» Hoje é dia de concerto na Catedral de Brasília, às 20h. Sob a batuta do maestro Eldom Soares, Brasília terá a oportunidade de conhecer a Misa Criolla, de Ariel Ramirez, com o coral Ad Infinitum. O apoio é da Embaixada da Argentina e a entrada é franca. Haverá apenas o controle da entrada para manter o número de pessoas autorizado. No *Blog do Ari Cunha*, um link para a identificação de quem quiser fazer parte dessa noite inesquecível.

» História de Brasília

O dr. Milton Campos está de azar. Todos os dias os jornais do Brasil inteiro estão falando na “vaquinha” para pagar a despesa com sua campanha eleitoral. O presidente eleito já renunciou e a UDN ainda não pagou a dívida, e sempre que se fala nisso, esclarece-se acintosamente que foi para a campanha do dr. Milton. (Publicada em 15/2/1962)